



BOLETIM DO MESTRADO FDSM

EDIÇÃO 02/2026 - Março de 2026



SOBRE O BOLETIM

O Boletim é uma produção informativa organizada pelos mestrandos em Direito da Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM) para difusão e visibilidade da produção interna.

É importante verificar os sites indicados, uma vez que eles poderão sofrer alterações pela organização.

NESTA EDIÇÃO

NOTÍCIAS

EVENTOS

DICAS DE REVISTA

INFORMAÇÕES DO PPGD

CULTURA E OPINIÃO

INSERÇÃO SOCIAL

RECADOS E DESCONTRAÇÃO

EXPEDIENTE

NOTÍCIAS



Centro de Estudos Constitucionais do STF divulga balanço de contribuições para aprimorar o ensino do Direito Constitucional

Criado pelo presidente do STF, ministro Edson Fachin, o Centro de Estudos Constitucionais foi estruturado como um espaço de reflexão e produção acadêmica voltado ao desenvolvimento de pesquisas, à formação jurídica e ao estímulo à cooperação nacional e internacional.

Constitui-se em um espaço aberto à sociedade, com o intuito de disponibilizar à comunidade jurídica o conhecimento acadêmico nacional, permitindo que o ordenamento jurídico, em todos os níveis federativos, seja observado com integridade, coerência e consistência, a partir das normas constitucionais.

na última quarta-feira (11), o CESTF tornou público o resultado do Edital para Coleta de Subsídios nº 3/2025, dedicado ao tema “O ensino do Direito Constitucional no século XXI”. A iniciativa reuniu sugestões de 48 instituições de diferentes regiões do país, além de participação internacional.

Universidades, centros de pesquisa e organizações da sociedade civil, dentre outras entidades, apresentaram reflexões e propostas voltadas ao fortalecimento do ensino jurídico.

A participação institucional refletiu a diversidade do campo jurídico brasileiro e a abertura ao diálogo acadêmico internacional.

A partir dessa experiência, a FDSM pode intensificar a produção científica aplicada, estimular grupos de pesquisa internos e fomentar a participação ativa de seus discentes e docentes em redes nacionais e internacionais.

Frisa-se ainda que a integração “sociedade e direito” no nosso Mestrado é algo já aplicado pelos projetos de inserções sociais, que visam unir a teoria e prática, em consonância com a metodologia de atuação indicada pelo CESTF, reforçando o nosso compromisso com o papel da academia na consolidação do Estado Democrático de Direito.

[Leia na íntegra através do link de acesso:](https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/centro-de-estudos-constitucionais-do-stf-divulga-balanco-de-contribuicoes-para-aprimorar-o-ensino-do-direito-constitucional/)

<https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/centro-de-estudos-constitucionais-do-stf-divulga-balanco-de-contribuicoes-para-aprimorar-o-ensino-do-direito-constitucional/>



PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO
BOLETIM DO MESTRADO DA FDSM



**2º CONGRESSO STJ DA SEGUNDA INSTÂNCIA
FEDERAL E ESTADUAL**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) promoverá, nos dias 18 e 19 de maio de 2026, o 2º Congresso STJ da Segunda Instância Federal e Estadual.

Durante o evento, Ministros, Desembargadores e especialistas serão instados a (re)pensar o Poder Judiciário Federal e Estadual, bem como o papel dos seus membros, com foco específico na Segunda Instância, por meio da discussão e aprovação de enunciados sobre cinco grandes eixos temáticos.

Haverá a discussão de trabalhos científicos submetidos por magistrados, membros do Ministério Público, defensores públicos, professores universitários e integrantes da advocacia pública e privada.

Os enunciados envolvem Direito Público, Direito Penal, Direito Processual Civil, Institucional e Direito Privado.

Uma ótima oportunidade para avançar o conhecimento e estar por dentro dos debates jurisprudenciais, consolidando o Judiciário com a academia.

Leia na íntegra através do link de acesso:

<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Institucional/Educacao-e-cultura/Eventos/2-Congresso-STJ-da-Segunda-Instancia-Federal-e-Estadual.aspx>

EVENTOS

XIV Congresso Internacional de Direito CONSINTER - – Universidad Complutense de Madrid

O evento será realizado nos dias 18 a 20 de novembro de 2026

O CONSINTER - Conselho Internacional de Estudos Contemporâneos em Pós-Graduação – realiza anualmente Congressos Jurídicos internacionais na Espanha, com o objetivo de promover um espaço aberto de diálogo e intercâmbio acadêmico entre pesquisadores.

O evento reúne participantes de diferentes países, que têm a oportunidade de apresentar oralmente suas contribuições científicas originais. Além disso, os trabalhos selecionados podem ser publicados em obras internacionais oficiais vinculadas ao CONSINTER, com circulação tanto na Europa quanto no Brasil, ampliando a visibilidade e o impacto das produções acadêmicas.

Link de acesso:

<https://consinter.org/2026/>

Congresso Mundial de Filosofia do Direito (IVR 2026)

O evento será realizado nos dias 28 de junho e 3 de julho de 2026

A cidade de Istambul, na Turquia, receberá em 2026 um dos mais importantes encontros internacionais dedicados à teoria e à filosofia do direito: o congresso mundial da International Association for Philosophy of Law and Social Philosophy.

O evento, intitulado IVR 2026 World Congress, reunirá pesquisadores, docentes e estudantes de diversos países para discutir os desafios contemporâneos enfrentados pelo direito. A edição de 2026 terá como tema “Law in the Face of the Changing Problems of the World”, propondo reflexões sobre as transformações sociais, tecnológicas e políticas que impactam as estruturas jurídicas na atualidade.

Link de acesso:

https://ivr2026istanbul.org/?utm_source=chatgpt.com

DICAS DE REVISTA

Nós sabemos da importância das boas publicações para o pós-graduando. Aqueles que pretendem ingressar no Mestrado ou já fazem parte do programa devem ter no topo da sua lista de prioridades a publicação em boas revistas, editoriais, livros e periódicos

Produzir um artigo para publicação é uma tarefa desafiadora, e não podemos ignorar a complexidade da burocracia associada aos processos seletivos de cada periódico. Com o intuito de auxiliar nossos alunos, preparamos uma lista com diversas possibilidades de submissão.

Assim, vocês ficam com o trabalho duro de colocar um texto de qualidade no papel e nós ajudamos com uma curadoria das melhores revistas e periódicos que tenham relação com a nossa linha de pesquisa. Vamos lá!

- **REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO ANIMAL**

Trata-se de um periódico da área do Direito, pela Universidade Federal da Bahia. O principal objetivo da RBDA é difundir o conhecimento acadêmico na área de Bioética, Direito Animal e Direito Ambiental, divulgando artigos inéditos, doutrinas e precedentes judiciais, nacionais e estrangeiros, com contribuições inovadoras e relevantes, que tenham qualidade aprovada por pares competentes. Periodicidade Quadrimestral.

Link de acesso:

<https://www.cadernosuninter.com/index.php/ESGPPJS/about>

- **HISTÓRIA DO DIREITO - RHD**

A Revista História do Direito: Revista do Instituto Brasileiro de História do Direito (RHD) é um periódico científico semestral publicado em formato físico e digital desde 2020 pela Universidade Federal do Paraná, em conjunto com o Instituto Brasileiro de História do Direito. Tem como objetivo reunir a mais relevante pesquisa em História do Direito realizada no Brasil e no mundo, promovendo a pesquisa científica de excelência e a democratização do conhecimento produzido neste campo do saber, assim como o diálogo com áreas afins

Link de acesso:

<https://revistas.ufpr.br/historiadodireito/>

DICAS DE REVISTA

- **INSURGÊNCIA: REVISTA DE DIREITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS**

Ligada ao Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS) e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília (PPGDH/UnB), tem por objetivo difundir produção teórica inédita concernente à temática “direitos e movimentos sociais”.

Com a perspectiva de impulsionar a atividade de pesquisa desenvolvida com, por e para os movimentos sociais, mobilizando pesquisadoras e pesquisadores de todo o Brasil em diversas áreas temáticas, o IPDMS se propõe a veicular uma publicação, em formato de periódico internacional, que promova produções teóricas que estejam comprometidas com a construção de conhecimento crítico e libertador sobre o tema dos direitos e dos movimentos sociais, permitindo a elaboração criativa e engajada de análises e interpretações sobre os diversos assuntos que afetam o povo brasileiro e latino-americano.

Link de acesso:

<https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia>

- **REVISTA MERITUM**

Está vinculada ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito (PPGD) da FUMEC.

A Revista Meritum é publicada quadrimestralmente, encontra-se classificada com Qualis A4 pela CAPES, e veicula, preferencialmente, pesquisas que demonstrem as relações entre as esferas pública e privada, bem como entre o Estado e o mercado, a partir do paradigma do Estado Democrático de Direito.

Link de acesso:

<https://revista.fumec.br/index.php/meritum/about>

INFORMAÇÕES DO PPGD

Professores e mestrandas do PPGD promovem simpósio em celebração ao centenário de Michel Foucault

O Prof. Dr. Rafael Lazzarotto Simioni, docente e coordenador do PPGD/FDSM, o Prof. Dr. Edson Vieira Filho, docente do programa, e a mestranda Gabrielle Leal Pinto realizaram o simpósio presencial intitulado **“Direito, Poder e Discurso: 100 anos de Michel Foucault”**. O evento proporcionou um espaço qualificado de debate acerca das contribuições de Michel Foucault para a compreensão das relações entre direito, poder e discurso, promovendo reflexões críticas relevantes no campo jurídico.



(Fotos: reprodução FDSM)



(Fotos: reprodução FDSM)

Gabrielle explica que a proposta do evento foi “criar um espaço de reflexão crítica sobre as contribuições de Michel Foucault para a compreensão das relações entre direito e poder, bem como para a análise das formas pelas quais a realidade é construída discursivamente. A proposta buscou reunir diferentes olhares dentro desse campo, permitindo um diálogo plural e aprofundado”. O debate reforça a importância de criar espaços acadêmicos comprometidos com o pensamento crítico, capazes de tensionar as articulações entre direito, poder e discurso.

INFORMAÇÕES DO PPGD

Mestranda do PPGD/FDSM publica livro “A Proteção da Mulher no Direito do Trabalho: Reflexões à Luz da Reforma Trabalhista e das Leis 14.611/2023 e 15.222/2025”

A discente Dimiana de Araújo Souza publicou a obra **“A Proteção da Mulher no Direito do Trabalho: Reflexões à Luz da Reforma Trabalhista e das Leis 14.611/2023 e 15.222/2025”**, publicada pela Editora Dialética. O livro analisa os impactos recentes de alterações legislativas sobre o trabalho das mulheres no Brasil, com enfoque na Reforma Trabalhista de 2017 e em legislações posteriores voltadas à redução de desigualdades, como a Lei nº 14.611/2023 (igualdade salarial) e a Lei nº 15.222/2025 (proteção à maternidade em casos de internação prolongada).

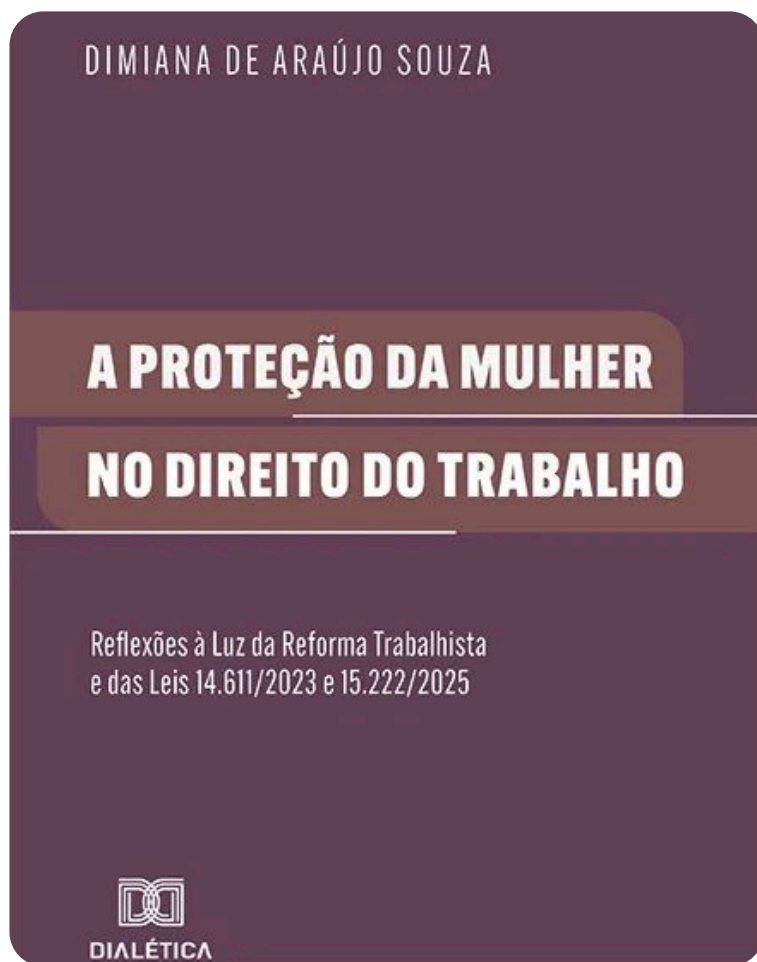
A autora parte de uma abordagem histórica e constitucional para examinar a construção normativa da proteção ao trabalho feminino, evidenciando tensões entre mudanças legislativas e a garantia de direitos fundamentais. O estudo identifica, de um lado, avanços normativos recentes e, de outro, fragilizações decorrentes de reformas que impactaram a proteção jurídica das trabalhadoras.

A obra dialoga diretamente com a temática dos direitos fundamentais, especialmente no que se refere à igualdade material, à não discriminação e à proteção da dignidade da pessoa humana nas relações de trabalho.

Segundo a autora, a pesquisa foi desenvolvida no âmbito do mestrado da FDSM, com foco na efetividade das garantias constitucionais dirigidas aos trabalhadores. O trabalho busca contribuir para a compreensão dos limites e possibilidades da proteção jurídica ao trabalho feminino, a partir da análise das transformações legislativas recentes.

Link do livro:

<https://loja.editoradialetica.com>



INFORMAÇÕES DO PPGD

Professor do PPGD/FDSM publica livro “Direitos da Personalidade e Direito do trabalho”

O Prof. Dr. Paulo Eduardo Vieira, integrante do corpo docente do PPGD/FDSM, publicou a obra “Direito da Personalidade e Direito do Trabalho”, em coautoria com o Prof. Dr. Otávio Pinto e Silva, pela Editora Lacier. O lançamento ocorreu na Universidade de São Paulo, no Auditório Rubino de Oliveira, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, no dia 6 de março, e contou com a participação de sua orientanda, a mestranda Mariana Telles.



(Foto: acervo pessoal)

A obra propõe uma reflexão sobre os direitos da personalidade em sua articulação com o Direito do Trabalho, campo que se revela desafiador por exigir constante diálogo interdisciplinar com o Direito Civil e o Direito Constitucional. Trata-se de uma abordagem crítica voltada à compreensão de questões presentes no cotidiano das relações laborais.

A temática dialoga diretamente com a disciplina Direitos da Personalidade e Direito do Trabalho, ministrada pelos Profs. Drs. Paulo Eduardo Vieira de Oliveira e Otávio Pinto e Silva, da qual se originou a obra. Além disso, insere-se na área de concentração do mestrado, Constitucionalismo e Democracia, ao evidenciar que uma ordem jurídica verdadeiramente democrática não pode admitir que o ambiente de trabalho se torne espaço de exercício arbitrário de poder, sob pena de esvaziar, na prática, os direitos formalmente assegurados pela Constituição.

INFORMAÇÕES DO PPGD

Professor do PPGD/FDSM publica livro “Direitos da Personalidade e Direito do trabalho”

Segundo Mariana Telles, a oportunidade de coautoria com o Prof. Dr. Paulo Eduardo Vieira representou um marco em sua trajetória acadêmica. Por se tratar de uma obra coletiva, a experiência ultrapassou a leitura dos textos, permitindo o contato com as exposições dos demais autores, o que evidenciou diferentes nuances das pesquisas e uma preocupação comum: levar a sério a pessoa humana nas relações de trabalho.

O artigo intitulado “Assédio sexual no ambiente de trabalho: um estudo comparativo das legislações brasileira e portuguesa” parte da constatação da insuficiência das respostas normativas ao assédio sexual no ambiente laboral, fenômeno ainda sub-regulado e subnotificado tanto no Brasil quanto em Portugal. A análise comparativa evidencia não apenas diferenças de densidade normativa, mas também fragilidades estruturais comuns entre os ordenamentos.

A publicação evidencia o compromisso do PPGD/FDSM com a solidez teórica, o rigor acadêmico e a permanente inquietação crítica que orienta suas produções.

Parabenizamos o Prof. Dr. Paulo Eduardo Vieira por mais essa relevante contribuição à comunidade jurídica.

Link do livro:

<https://www.livrarialacier.com.br>



(Foto: acervo pessoal)

INFORMAÇÕES DO PPGD

Professor do PPGD/FDSM publica livro pela Editora Dialética

O Prof. Dr. Edson Vieira da Silva Filho, integrante do corpo docente do PPGD/FDSM, publicou a obra **“Quem Tem Medo da Crítica Criminológica: A (Des)Construção Hermenêutica do Direito Penal em Terrae Brasilis”**, pela Editora Dialética. O lançamento ocorreu no dia 23 de março, na FDSM, com a participação de docentes da instituição. A mesa do evento contou ainda com a presença da egressa Marcela Modesto Firmino e do mestrando João Pedro de Oliveira Barbosa.



(Fotos reprodução FDSM)

A obra apresenta uma leitura criminológica desenvolvida a partir da Crítica Hermenêutica do Direito (CHD), formulada por Lenio Streck, articulando-a com a tradição da criminologia crítica. O trabalho resulta do percurso acadêmico do autor, com origem em sua formação *stricto sensu* e desdobramentos em sua tese de doutorado e pesquisas de pós-doutorado. O referencial teórico mobilizado abrange autores centrais da criminologia crítica, como Alessandro Baratta e Eugenio Raúl Zaffaroni, bem como contribuições da criminologia de matriz marxista, em especial a partir de Juarez Cirino dos Santos. Essa base é tensionada e reconstruída à luz da hermenêutica filosófica, especialmente em Hans-Georg Gadamer e Martin Heidegger, em diálogo com a proposta crítica de Lenio Streck.

Quem Tem Medo da Crítica Criminológica

A (Des)Construção Hermenêutica do Direito Penal em Terrae Brasilis

(Fotos Editora Dialética)

INFORMAÇÕES DO PPGD

No desenvolvimento da análise, o autor também incorpora uma dimensão histórico-estrutural da formação do poder no Brasil, com referência a Raymundo Faoro, articulada à perspectiva arqueológica de Michel Foucault, em uma leitura que aproxima a noção de camadas históricas dos horizontes hermenêuticos.

A partir desse percurso, a obra sustenta que, em um Estado Democrático de Direito, a Constituição deve ser compreendida como horizonte normativo dotado de autoridade, o que implica a limitação do poder punitivo. Nesse contexto, aponta-se o garantismo como a única possibilidade de estrutura legítima do sistema penal, em oposição a perspectivas de caráter efficientista.

A abordagem hermenêutico-crítica adotada busca evidenciar as fragilidades de fundamentação do sistema penal brasileiro, questionando a legitimidade de suas bases e propondo sua reconstrução a partir de parâmetros constitucionais, especialmente da centralidade do bem jurídico como fundamento da intervenção penal.

A publicação se insere no campo das pesquisas que articulam Direito Penal, Criminologia e Teoria do Direito, evidenciando a relação entre produção acadêmica e problematização das estruturas jurídicas. Ao mesmo tempo, reflete o compromisso do PPGD/FDSM com a densidade teórica, o rigor metodológico e a investigação crítica.

Parabenizamos o Prof. Dr. Edson Vieira por mais essa conquista em sua trajetória acadêmica!

Link do livro:

<https://loja.editoradialetica.com/humanidades/quem-tem-medo-da-critica-criminologica-a-des-construcao-hermeneutica-do-direito-penal-em-terrae-brasilis>

INFORMAÇÕES DO PPGD

BANCAS DE DEFESA 2024-2026

A banca de defesa do mestrado da turma 2024-2026 marca um momento central na trajetória acadêmica dos discentes, reunindo pesquisas que se articulam em torno da área de concentração em Constitucionalismo e Democracia. Os trabalhos apresentados evidenciam diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, mas compartilham a preocupação comum com a efetividade dos direitos fundamentais, os limites e possibilidades da atuação institucional e os desafios contemporâneos do Estado Democrático de Direito.

As defesas refletem o amadurecimento das pesquisas desenvolvidas ao longo do curso, revelando análises que dialogam com questões atuais e estruturais da ordem jurídica. Trata-se de um espaço de debate acadêmico qualificado, no qual são discutidos temas que impactam diretamente a compreensão e a concretização dos princípios constitucionais na sociedade.

Não são apenas títulos, são trajetórias que se consagram. Parabéns, aos mestres.



O Mestre Luís Gustavo de Castro apresentou o trabalho com o tema **“Aposentadoria especial no Brasil e o retrocesso de direitos fundamentais no EC nº 103/2019 à Luz da teoria de Robert Alexy”**

Orientação: Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira

INFORMAÇÕES DO PPGD

A Mestra Thaís Cardoso Cipriano Castro apresentou o trabalho com o tema **“Direito à desindexação e a colisão entre direito à informação e a vida privada sob a ótica” dos direitos fundamentais**”.

Orientação: Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira



A Mestra Milene Regina Anadão apresentou o trabalho com o tema **“Processo estrutural e constitucionalismo brasileiro: uma observação sistêmica para a ampliação dos direitos fundamentais”**.

Orientação: Prof. Dr. Rafael Lazzarotto Simioni

INFORMAÇÕES DO PPGD

O Mestre Gustavo Callegari Peraro apresentou o trabalho com o tema **“Poder constituinte derivado, identidade constitucional e limites à reforma: constitucionalismo abusivo e jurisdição constitucional de defesa”**.

Orientação: Prof. Dr. Leandro Corrêa de Oliveira



O Mestre Dhyordan Kyovanny Gomes de Souza apresentou o trabalho com o tema **“O que fazer quando os freios não funcionam? Uma análise do protagonismo judicial na invasão de esferas dos poderes”**.

Orientação: Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira

Nós, editores do boletim, saudamos essa conquista e desejamos sucesso contínuo a todos.

P.S.: Sentiu falta de alguém? Não se preocupe! Na próxima edição do boletim, traremos as bancas de defesa dos demais mestrandos da turma.

(Fotos: reprodução FDSM)

CULTURA E OPINIÃO

DO MITO À NORMA: A ROMANTIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL E A VULNERABILIDADE ABSOLUTA DO ART. 217-A DO CP

Aborda-se, nesta seção, a cultura. Esta é uma construção social e temporal. E, neste ponto, uma cultura que inspirou a formação dos valores morais ocidentais foi a mitologia grega antiga. Os deuses tinham características humanas e estavam sujeitos às mesmas tribulações que nos afligem corriqueiramente. A paixão, o vício, o ódio. Estes sentimentos atingiam os deuses na mitologia grega.

E, neste teor, há um mito que envolve Zeus e Europa, no qual a análise é pertinente hodiernamente. Europa, uma mulher bonita, é desejada por Zeus, o deus supremo do panteão grego, e este, para seduzi-la e sequestrá-la, transforma-se em touro. Após tornar-se um touro branco e de beleza estonteante, e ir ao encontro da bela moça, esta sobe nas costas de Zeus, o qual, nesta linha, foge com a moça para a ilha de Creta, após um longo trajeto. A família e os amigos de Europa tiveram de lidar com o seu sumiço forçado, gerado por uma enganação de Zeus.

A elucidada história, narrada aqui de forma bem resumida, remete a críticas essenciais na conjuntura fática. O romance de Zeus com Europa, despido de toda a energia mítica, nada mais é do que violência. Do que a sensação de um controle arbitrário sobre o outro.

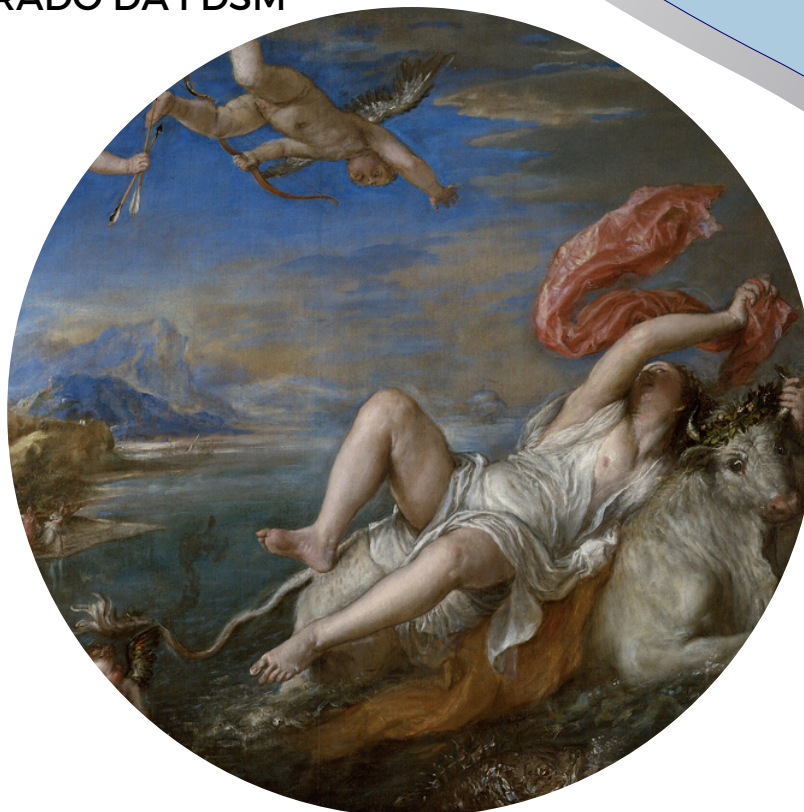
Pois bem. O caso que ganhou as telas jornalísticas e inúmeras matérias nas redes sociais no mês de fevereiro retoma reflexões acerca de situações parelhas com a aludida no mito de Zeus. A 9ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) absolveu um homem de 35 anos, com antecedentes por homicídio e tráfico de drogas, condenado em primeira instância a nove anos e quatro meses de prisão por estupro de vulnerável praticado contra uma menina de 12 anos. O fundamento da absolvição foi a existência de um suposto "vínculo afetivo consensual" entre o acusado e a vítima, com "prévia aquiescência dos genitores". Em outras palavras: o Tribunal romantizou o crime, tão qual a mitologia, já observada a licença poética, romantizou a violência.



Paul Manship, Flight of Europa, 1925. Fonte: tendimag.com

A celeuma, todavia, é que a mitologia, em que pese toda a influência valorativa, não tem a obrigatoriedade aos seus preceitos. A decisão de um magistrado, por seu turno, é dotada de imperatividade. E a problemática reside aí: O momento em que aqueles que deveriam dizer o direito inobservam a lei e, mais que isso, fazem do direito um instrumento de impunibilidade.

Ademais, há a máxima de que na clareza da lei, cessa a interpretação. Ora, a redação do artigo 217-A, do Código Penal, que trata acerca do estupro de vulnerável, é muito clara, veja:



Tiziano Vecellio, O Rapto de Europa, c. 1559-1562. Isabella Stewart Gardner Museum. Domínio público.

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos.

O § 5º do respectivo artigo ainda denota que as penas do tipo aplicam-se independentemente do consentimento da vítima ou do fato de ela ter mantido relações sexuais anteriormente ao crime.

Ainda assim, conforme alhures, em um tipo penal em que a interpretação é cessada pela clareza redacional, de sorte a promover, inegavelmente, a segurança jurídica e erradicar possíveis interpretações danosas às situações que se encaixem na previsão legal, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em um acórdão desastroso, considerou por bem julgar de forma distinta à lei, à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (a exemplo do Tema Repetitivo 918) e, mormente, à própria noção de justiça. Reitera-se: o próprio Código Penal é inequívoco: a vulnerabilidade do menor de 14 anos é absoluta, não admitindo qualquer relativização. Não se trata de interpretação — trata-se de texto de lei.

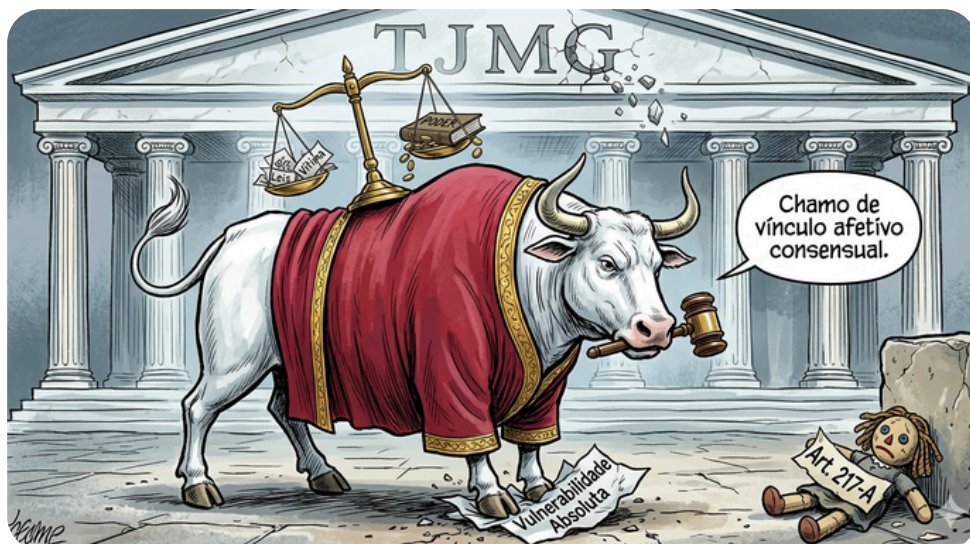


Ilustração gerada por Inteligência Artificial.

A jurisprudência visa traduzir segurança, isonomia e previsibilidade ao sistema jurídico. Uma vez que o TJMG desrespeita o entendimento consolidado, ainda que invocando o instituto do distinguishing (inadequado ao caso concreto, pois, no final das contas, tomou a vulnerabilidade como variável e o consentimento como causa excludente, de sorte a contrariar os posicionamentos do STJ na matéria), há, na verdade, a abertura de um precedente catastrófico no tocante à tolerância da violência sexual.

E, neste ponto, importa destacar: a família da vítima, conforme ficou demonstrado no processo, consentiu com a relação sexual de uma menor de 14 anos. Isso denota a falha da família na tutela da menor. Isso, por si, traz o dever ao Estado de suprir essa proteção. Nisso, constata-se que a menina não tinha, em casa, quem a enxergasse. Mas, a escola e o conselho tutelar a enxergaram. A polícia a enxergou. O Ministério Público a enxergou. O juiz de primeiro grau a enxergou. O TJMG, contudo, relativizou a lei sob o pretexto de formação familiar. Denominar 'violência' ou 'crime' de 'amor' não muda a lei e nem o entendimento jurisprudencial consolidado.

O mito de Zeus e Europa, do ponto de vista literário, tolerava o sequestro da jovem não em razão do consentimento, até porque ela mesma não anuiu, mas sim pelo prestígio de Zeus, rei dos deuses olímpicos. A violência, quando praticada por um poderoso, é mais difícil de ser punida. Isso não é exclusividade da mitologia grega, mas um padrão que perpetua até os dias atuais. E é justamente contra as arbitrariedades que o direito deve ser aplicado, a fim de ser mecanismo de proteção ao fraco e ao vulnerável, instrumento de promoção de igualdade. Igualdade material, combinada com respeito à dignidade da pessoa humana.

Após toda a repercussão negativa, o desembargador relatou, em decisão monocrática, acolheu embargos de declaração com efeitos infringentes e restabeleceu a condenação. A lei foi mais forte do que o decisionismo. E, espera-se que o Poder Judiciário não mais relativize a dignidade da criança como se fosse matéria disponível a qualquer interpretação.



Gustave Moreau, Jupiter et Europe, 1868.
Musée Gustave-Moreau, Paris. © RMN-
GP / René-Gabriel Ojéda

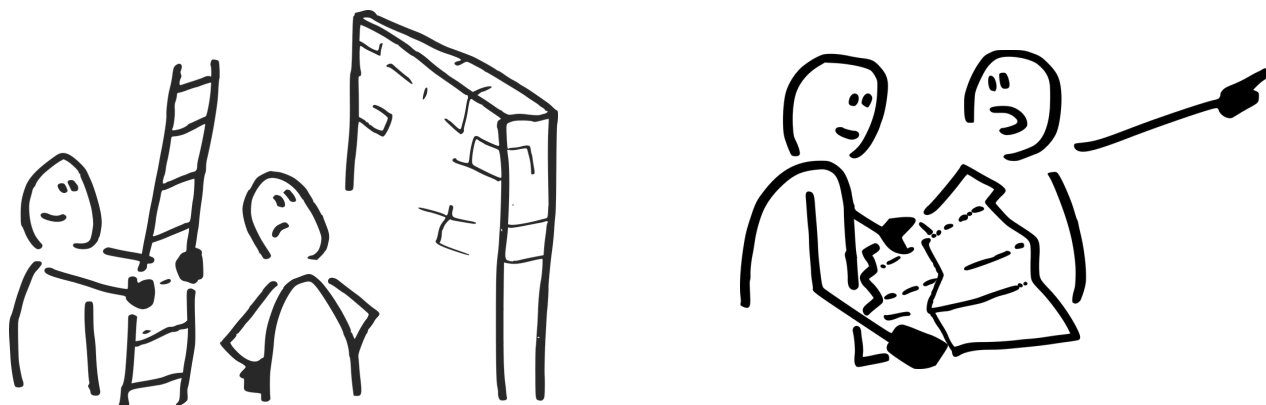
INSERÇÃO SOCIAL

Os alunos do programa de mestrado já estão se mobilizando para ampliar a inserção social nos próximos meses.

A ideia é transformar o conhecimento produzido em sala de aula e nas pesquisas em ações mais próximas da comunidade, com iniciativas de extensão, produção de conteúdos acessíveis e maior diálogo com a sociedade.

O movimento marca um novo momento do programa, que busca fortalecer sua presença para além do ambiente acadêmico e ampliar seu impacto social de forma prática e contínua.

É hora de EXECUTAR os Projetos de Inserção apresentados no semestre anterior!



PROJETO EM DESENVOLVIMENTO

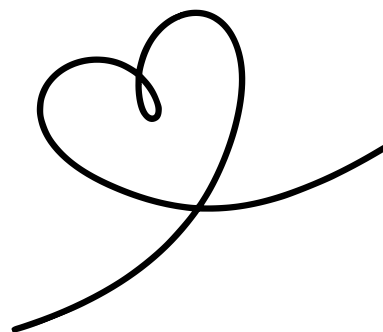
Projeto desenvolvido em parceria com a Associação Vila dos Pobres Santo Antônio

A Casa de Longa Permanência Santo Antônio, referência em acolhimento na cidade de Caxambu, desenvolve ações voltadas ao bem-estar, à dignidade e à oferta de um ambiente seguro para os idosos, promovendo atividades como recreações, celebrações religiosas e eventos tradicionais que fortalecem a convivência e o vínculo comunitário.

A instituição também investe em melhorias estruturais voltadas à saúde e segurança dos residentes, contando com o apoio de doações, parcerias e da participação ativa da comunidade.

INSERÇÃO SOCIAL

Os mestrandos Kelvin de Castro Faria e Marco Antônio Cecoti dos Santos participaram de reunião administrativa com a tesoureira da entidade, com o objetivo de conhecer a instituição e alinhar as diretrizes do projeto de inserção social a ser desenvolvido na instituição:



(Fotos: Acervo Pessoal)

RECADOS E DESCONTRAÇÃO

Esta seção foi pensada como um momento de humor para descontrairmos com tantas responsabilidades do meio acadêmico.

Eu e minha amiga
na pós-graduação



Depois que entrei na
pós-graduação comecei a tomar suco
de maracujá pra ver se me ajuda



(Fotos: reprodução @depredaposgraduacao)



PESSOAL DA TURMA 2025-2027, fica a dica...

Está na hora de começar a se organizar também em relação às publicações. A submissão de artigos é um passo importante para o cumprimento dos créditos do mestrado e, conseqüentemente, para a titulação.

A melhor estratégia é não deixar para a última hora.

Nesse sentido, recomenda-se que os discentes entrem em contato com seus orientadores, a fim de, conjuntamente, definirem o melhor recorte temático e o paper a ser desenvolvido para submissão. Esse alinhamento é fundamental para qualificar a produção acadêmica e otimizar o processo de publicação



Aniversariantes do mês de março:

08/03 - Lucas José Teodoro de Sousa

09/03 - Heloísa Ramos da Paixão

17/03 - Renata Pereira de Camargo
Vasconcelos Luz

19/03 - Deusimar Pereira

EXPEDIENTE

Coordenador do PPGD/FDSM

Rafael Lazzarotto Simioni

Secretárias do PPGD/FDSM

Juliana Rebello

Natália Carvalho Campos Azevedo

Editores do Boletim

Gabrielle Leal Pinto - Eventos
gabrielleleal901@gmail.com

Isabela Gonçalves Almeida - Dicas de revista
isabelaalmeida0602@gmail.com

Isabela Gonçalves de Almeida - Notícias
isabelaalmeida0602@gmail.com

Marcello Yan de Castro - Cultura e opinião
marcelloyan61@yahoo.com

Gabrielle Leal Pinto - Informações do PPGD e Recados e descontração
gabrielleleal901@gmail.com

Nathália de Cássia Teodoro Sousa - Cultura e opinião
nathaliactsousa@hotmail.com

Nathália de Cássia Teodoro Sousa - Inserção Social
ycoandrade@gmail.com

Revisora de conteúdo

Gabrielle Leal Pinto - Editoração
gabrielleleal901@gmail.com

E-mail para contato

boletimppgdfdsm@gmail.com